

## Brasil está atrasado na política para mineral crítico, diz chefe da ANM<sup>1</sup>

Marlla Sabino<sup>2</sup>

Entre a pressão global por minerais críticos e a necessidade de reafirmar a credibilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM) após a Operação Rejeito, o diretor-geral da autarquia, Mauro Sousa, defende que o Brasil avance na formulação de uma política ampla de incentivos à cadeia de minerais críticos e estratégicos, que contemple tanto o desenvolvimento nacional quanto o tecnológico. Ele avalia que há atraso nas definições e considera fundamental que o país estabeleça, com clareza, como pretende se posicionar geopoliticamente diante das demais nações.

Sousa destaca que a ANM tem participado das discussões e lembra, como exemplo, a criação de uma divisão dedicada aos minerais críticos e estratégicos no âmbito da instituição. Paralelamente às movimentações do Executivo e do Congresso, a agência continua recebendo solicitações e requerimentos de pesquisas minerais. Na visão do diretor-geral, mesmo sendo um órgão de execução de políticas públicas, a ANM não pode abrir mão de seu papel enquanto instituição, dada a relevância de atuar em setor de caráter global.

Para ele, o Brasil precisa definir, com rapidez, qual papel pretende exercer no mercado internacional de minerais críticos e estratégicos. A agência defende que a política em elaboração incorpore não apenas aspectos econômicos, mas também ambientais, sociais e humanos, além de considerar incentivos financeiros, condições logísticas e de infraestrutura, bem como a qualificação da mão de obra.

Ao mesmo tempo, reconhece que a existência de ruídos institucionais, como a operação que levou à prisão preventiva de um dos membros da diretoria, pode gerar questionamentos sobre a governança do regulador, sobre a solidez de seus controles internos e, conseqüentemente, sobre sua credibilidade. Apesar disso, reforça que a agência seguirá firme na missão de fortalecimento e estruturação, sempre pautada pela transparência.

Por ora, o diretor-geral afirma não ver necessidade de criação de novos mecanismos de controle mais rígidos além dos já existentes. Segundo ele, a legislação vigente e as regras atualmente aplicadas garantem transparência aos processos. Ainda assim, não descarta a possibilidade de revisão das normas e regimentos internos em momento oportuno, ressaltando que há sempre espaço para aprimoramentos. Ele reforça que seguirá empenhado em promover o reconhecimento da ANM, assegurando segurança jurídica e transparência nos procedimentos, fatores que considera essenciais para a

---

<sup>1</sup> Entrevista publicada pelo Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/09/22/brasil-esta-atrasado-na-politica-para-mineral-critico-diz-chefe-da-anm.ghtml> Acessado em 22.09.2025

<sup>2</sup> Jornalista do Valor Econômico

tomada de decisão de investidores.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

**Valor:** *Recentemente foi realizada a Operação Rejeito, que culminou na prisão preventiva de um dos diretores da ANM. Como vocês receberam essas informações? O senhor acha que afeta a credibilidade da agência?*

**Mauro Sousa:** Lamentamos muito esse caso. Enquanto instituição, obviamente que isso traz algum questionamento da nossa governança, por exemplo, dos nossos controles internos, que podem ser tidos como mais frágeis e, claro, a credibilidade da agência. Temos tido um trabalho muito forte ao longo do tempo. A agência tem seis anos de existência, mas ela vem de um histórico de um departamento de 80 anos operando no país. Temos feito um trabalho muito forte de fortalecimento da agência, de estruturação e transformação digital. Nós convivemos, historicamente, com alguns deslizes de conduta. Eu não vou aqui fazer nenhum juízo porque eu não tenho conhecimento do processo. Estamos aqui adotando as medidas administrativas decorrentes dessa situação: tem o afastamento cautelar de um diretor, isso vai trazer uma lacuna para o colegiado, mas não vamos deixar de, por exemplo, fazer a nossa reunião ordinária pública que está prevista para o dia 29 de setembro. Mesmo com quatro diretores, a agência vai continuar funcionando. Temos meios internos de coibir desvios e vamos continuar atuando fortemente para coibir práticas indevidas.

**Valor:** *A agência vai adotar alguma medida para blindar os processos decisórios após essa operação?*

**Sousa:** Eu não vejo uma necessidade de blindagem. Somos uma instituição que, necessariamente, tem que trabalhar com transparência. Os processos que correm aqui dentro são distribuídos de forma aleatória. Não há uma escolha direcionada a um diretor. Por enquanto, não vejo necessidade de criar algum artefato, alguma sistemática, alguma ferramenta de controle mais rigoroso ou maior do que a gente já tem. Mas óbvio que nós precisamos sempre aprimorar e cada episódio que acontece, que inspire uma revisão, nós vamos fazer isso.

O Brasil está carente ainda disso, de se posicionar perante o mundo do que ele quer”

**Valor:** *Essa situação pode afastar investidores sérios? Vai ter que ter um trabalho para retomar a confiança da agência no setor?*

**Sousa:** Estamos inseridos em uma indústria de caráter mundial, temos o dever institucional de garantir a segurança, a transparência dos nossos processos e isso é que ajuda na tomada de decisão dos investidores. Qualquer fato que recaia sobre a agência que ponha em risco a credibilidade dela e a credibilidade do país é importante, porque existe obviamente uma competição por recursos no mundo todo. É óbvio que a gente tem que conviver com isso e saber como enfrentar esse tipo de situação. Mas realmente é um ponto bem lembrado, como você falou, e precisamos cuidar realmente disso. A imagem da mineração já não é tão boa, se a própria instituição que cuida da mineração também não tem a melhor imagem, isso é danoso não só para a instituição, mas é danoso para o mercado e é danoso para o país.

**Valor:** *Essa operação ocorre em um momento crucial para o setor. A Câmara dos Deputados aprovou recentemente o regime de urgência do projeto de lei que cria uma política para incentivar a cadeia de minerais críticos e estratégicos no Brasil, e o governo também vem desenhando uma política no Ministério de Minas e Energia. A ANM está participando das discussões?*

**Sousa:** A agência, recentemente, criou uma divisão de minerais críticos e estratégicos e temos participado de algumas discussões. Não é um assunto propriamente novo. Conceitualmente, cada país define o que ele entende, o que é crítico, o que é estratégico. Do ponto de vista do Brasil, estamos, na minha perspectiva, com um determinado nível de atraso em relação não só à discussão, mas especialmente à

instituição de uma política mineral para essas substâncias que são várias e que nós ainda temos aqui um bom número de reservas em relação a vários deles.

**Valor:** *Atrasado quanto?*

**Sousa:** Houve uma promessa no início do governo atual, tanto que foi repaginado o decreto editado no governo anterior que criou o Conselho Nacional de Política Mineral. Esse conselho não chegou a ser reunido naquela oportunidade e ainda não houve uma reunião sequer. Mais recentemente, com a crise Estados Unidos e Brasil, esse assunto acaba entrando, para além do tarifaço, e me parece que é um despertar novo. A proposta que estava sendo costurada pelo Ministério de Minas e Energia desde o ano passado, que seria via decreto, não se concretizou. Nesse mesmo tempo, o Congresso lançou o projeto, que ganhou foros de urgência e deve ganhar alguma celeridade ali. O ministro de Minas e Energia se manifestou no sentido de não ter lançado ainda a política e que faria isso agora, no segundo semestre. O fato é que nós temos participado de várias discussões, tem havido algumas audiências públicas na Câmara e no Senado também já houve. E com o Ministério de Minas e Energia, nessas tratativas sobre a construção dessa política, eventualmente a gente é consultado. Às vezes, quando entendemos conveniente ou oportuno, fazemos alguma manifestação formal ou conversamos com parlamentares para mostrar determinados pontos de vista e subsidiar também, para que seja uma política mais adequada.

**Valor:** *Há alguma preocupação em relação à política que está sendo desenhada?*

**Sousa:** Muito se fala em política para os minerais, mas tem que olhar isso de uma forma muito mais ampla, de um ponto de vista de desenvolvimento do país e do desenvolvimento tecnológico. Boa parte desses minerais críticos se presta à indústria de alta tecnologia, inclusive a aeroespacial, além da indústria médica, a indústria de comunicações também. Tem uma série de aplicações. Tem que lidar com a Nova Indústria Brasileira [a nova política industrial], tem que ver a questão tributária, que ainda está pendente de uma abordagem definitiva, a questão de licenciamento ambiental, e em seguida a edição de uma medida provisória para realinhar algumas coisas. Nós, aqui no nosso espaço de atuação, somos executores da política pública. Nós dependemos de diretrizes e definições. Só que, independentemente disso, como eu costumo dizer e muitas pessoas dizem, o mundo vai girando: os processos minerais chegam, os requerimentos de pesquisa chegam, os projetos têm que ter andamento. O mundo todo está reclamando acesso a bens dessa natureza e nós podemos fornecer, mas a gente tem que entender como a gente se insere em um contexto geopolítico dessa questão.

**Valor:** *Quais pontos o sr. considera essencial para essa política?*

**Sousa:** Não vejo uma necessidade de ter alterações significativas no Código de Mineração. Tem que haver mecanismos de priorização de projetos no país, o que é a definição mais clara do que é estratégico e do que é crítico. Precisa ter um equacionamento em relação aos vários passos que tem que se dar. Ela tem que estar atrelada a vários pilares, especialmente a questão ambiental, questão humana, questão social. É importante que essa política aborde esses aspectos que vão além do minério em si, do bem mineral em si, mas tudo que vem circunstancialmente ao redor da exploração minerária responsável.

Não acredito e não concordo com algumas ideias, como a criação de estatal para cuidar dos minerais”

**Valor:** *É preciso também ter incentivos financeiros, como linhas de crédito e financiamento?*

**Sousa:** Isso é fundamental. Qualquer política não pode passar ao largo disso. Aqui no Brasil, se a gente olhar a questão de investimento via bolsa, nós temos um baixo apetite ao risco da mineração. De cada mil pesquisas minerais, no máximo duas, mas, ordinariamente, apenas uma, vai gerar uma mineração propriamente. Então o nível de risco nessa fase é significativo, mas também não é menor depois que o projeto já está de

pé. Nós aqui na agência temos uma competência que é definir os níveis de garantia e podem ser utilizados, por exemplo, os títulos minerários como garantia para financiamento. Inclusive, garantias financeiras para fins de fechamento de minas. Isso é um problema mundial. E precisamos estimular a participação das empresas nas bolsas. Tem também a questão tributária e o manejo do equilíbrio que tem que ter entre a contribuição financeira, que é o royalty, e o tributo propriamente dito. Além disso, tem também a parte de incentivo à tecnologia. Temos uma baixa aplicação de pesquisa de desenvolvimento e inovação no setor, e nós mesmos aqui na agência estamos em débito com isso. E precisamos fazer, porque ainda somos um país, eminentemente, de extração e exportação de commodities. Nós precisamos verticalizar essa produção aqui, agregando valor.

**Valor:** *Sabemos quanto do território brasileiro está devidamente mapeado em relação às potenciais reservas de minerais críticos?*

**Sousa:** Não. De um modo geral, nós temos na melhor escala de verificação, independentemente de minerais críticos, 3% do território mapeado. Nós precisaríamos, e tem tido movimento nesse sentido, melhorar a capacidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que hoje está rebatizada de Serviço Geológico Brasileiro, SGB. É uma competência institucional deles, mas quanto mais nós estimularmos também que os particulares façam, mais conhecimento geológico nós vamos ter. O conhecimento geológico é um ativo de qualquer país. A gente tem que conhecer o que temos até para que a gente exerça bem a nossa soberania, para que a gente jogue bem no tabuleiro da geopolítica mundial.

**Valor:** *O Brasil quer agregar valor à cadeia dos minerais críticos, não só exportar matéria-prima. Quais políticas e incentivos a ANM defende para atrair a indústria, sem abrir mão de critérios ambientais e de governança?*

**Sousa:** A chamada Nova Indústria Brasileira tem que atrair investidores para o país e temos que garantir, por exemplo, energia e melhorar nossa logística, ter mão de obra qualificada. Então é esse conjunto de esforços, de formação de mão de obra qualificada, incentivo a institutos e instituições que lidam com o desenvolvimento de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e inovação.

**Valor:** *Como o senhor avalia que pode ser o papel do Brasil nesse cenário geopolítico?*

**Sousa:** O Brasil, como comentei, está com um atraso em relação à definição de uma política pública para esses minerais. Falta, primeiro, definir a sua política, qual é o papel que ele quer ter para a sociedade brasileira. O Brasil tem pouca inserção em determinados fóruns mundiais de onde emanam determinadas políticas ou diretivas que acabam ocorrendo no mundo todo. Existe um movimento de alguns países que tentam projetar as suas diretivas para outros países. Mas quando você começa a fazer certas exigências, é o que a gente chama de direito de extraterritorialidade, que é o que os Estados Unidos costumam praticar. Eles têm uma normativa deles e eles tentam projetar para que outros países assinem. Isso é exercício de poder, exercício de soberania, mas extrapola a ordem internacional quando ele vai a uma medida excessiva. O Brasil está carente ainda disso, de se posicionar perante o mundo do que ele quer. Não acredito e não concordo com algumas ideias, como a criação de uma estatal para cuidar dos minerais. Isso é uma utopia. Somos um país de livre mercado, nossa Constituição é muito clara. Falta esse senso crítico no país para que ele saiba se posicionar e saiba qual é o papel que ele pode exercer: quer continuar sendo um fornecedor de commodities ou ele quer atrair investimentos que possam promover uma verticalização dessa indústria nos seus vários espaços para que ele agregue valor e tenha um mercado muito melhor? Falta isso, não só desenhar a política, mas se posicionar como nós queremos nos apresentar e devemos nos apresentar na ordem internacional.

**Valor:** *A ANM firmou recentemente parceria com a B3 para prestação de serviços voltados à condução de leilões eletrônicos de áreas para exploração mineral. Como isso funcionará?*

**Sousa:** A B3 vai ficar responsável, mas nós é que vamos continuar dando as diretrizes. A ideia é de que possamos fazer, pelo menos, três leilões anualmente de mais ou menos 7 mil áreas em cada um deles. Temos a intenção de separar áreas específicas de interesse, por exemplo, onde tem já registradas ocorrências de minerais críticos, a gente pode priorizar isso como uma diretriz da agência para colocar no mercado e trazer mais apetite aos investidores para esse tipo de leilão.

**Valor:** *A primeira rodada de disponibilidade de áreas minerárias acontece ainda neste ano?*

**Sousa:** Estamos trabalhando para que até fim de novembro a gente tenha uma rodada. Pode ser que façamos uma rodada com caráter de regularizar algumas situações em que, por exemplo, projetos importantes que já estão operando sobrou um espaço e alguém requereu aquela área. Ele não vai conseguir fazer a pesquisa porque está dentro de uma área bem maior que já está sendo operada. E aí nós pretendemos fazer um leilão específico para resolver esses vários casos e aí a gente vai incluir alguns incentivos para a participação que diz respeito à complexidade, à capacidade de inovação e de introdução em tecnologias mais modernas para que isso seja um diferencial para levar ou não aquele espaço, que pode ser melhor utilizada por uma empresa que tenha uma estrutura e que possa agregar mais valor. Estamos estudando.